



**Universidade Presbiteriana Mackenzie**  
**Faculdade de direito**



São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

**Relatório referente ao projeto de pesquisa:**

Mobilidade Urbana: Transporte Coletivo de Passageiro nos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

**Membros do grupo:** Antônio Cecílio Moreira Pires, Caio Cezar L. Gabriel, Adriana Ferreira, André Luiz Hoffmann, Lilian Regina Moreira Pires, Marília Gabriel Moreira Pires, Marjorie Iacoponi, Raisal Reis Leão, Thaísa Toledo Longo, Ana Cláudia Lourenço Stein, He Nem Kim Seo

**I. BREVE RELATO SOBRE O TEMA ESCOLHIDO**

O objeto do projeto de pesquisa do Grupo de Estudos de Direito Administrativo Contemporâneo em 2015 foi a análise do transporte público coletivo de passageiros nos municípios que compõe a Região Metropolitana de São Paulo. A escolha da temática se deu em razão dos problemas relacionados ao transporte coletivo e a mobilidade nos grandes centros urbanos, fato que reflete no prejuízo ao exercício pleno da cidadania.



# Universidade Presbiteriana Mackenzie

## Faculdade de direito



O grupo se debruçou sobre todo o arcabouço legal e doutrinário a respeito do tema a fim de responder, basicamente, dois questionamentos: (i) *qual foi a evolução histórica no que tange a prestação dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros nos municípios paulistas?* e (ii) *como a política de mobilidade urbana atual interage com os serviços de transporte público coletivo de passageiros?*

Em 2012, com o advento da Lei Federal nº 12.587, novas diretrizes foram incorporadas aos preceitos constitucionais acerca do tema e, finalmente, por meio da edição da Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Brasil passou a dar mais atenção a questões como: transporte, gestão, planejamento, urbanismo, mobilidade e, conseqüentemente, a regulamentação dos serviços e demais instrumentos relacionados ao transporte e a mobilidade em geral.

Cediço que o crescimento desordenado das cidades, pressionado pela especulação imobiliária, resultou em nossa realidade segregadora. Esse descontrole e descompasso ultrapassa e amplia seus horizontes e a cidade se torna mais complexa e expande de rol de problemas.

Diante dessa realidade o mundo passa a se preocupar com a cidade e seus problemas, e a temática passa a fazer parte da pauta de discussões no âmbito da Onu. Cada Estado parte compartilha dessa preocupação e internamente inicia um processo lento de reorganização da temática. E a pressão popular aliada à incumbência legal, reforçada com o advento da Política Nacional de Mobilidade Urbana, a Administração Pública se vê compelida a gerir, normatizar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte público.

Em razão da realidade relativa a (i) mobilidade, e partindo do arcabouço histórico e normativo do transporte público coletivo de passageiros que essa produção do Grupo de Estudos de Direito Administrativo Contemporâneo se focou.



## II. **SOBRE OS PRINCIPAIS ACHADOS E RESULTADOS DOS DEBATES**

O grupo, com auxílio dos alunos integrantes do projeto, buscou informação junto aos órgãos públicos municipais e estaduais (**SPTrans, Secretaria de Transporte Metropolitano, Emplasa, EMTU e Metrô**), bem como junto ao **Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo - SPUrbanuss**. Além do que, buscou obras que tivessem riqueza histórica a respeito do tema e que pudessem demonstrar a importância, recorrência e atualidade do tema.

Os debates e discussões pautaram-se principalmente, dentre outros assuntos, pelas problemáticas advindas dos dispositivos de distribuição das competências intra e extra municípios, bem como a questão do planejamento e desenvolvimento de serviços de transporte coletivo de qualidade e que visem atender a real demanda da coletividade.

Além disso, se discutiu sobre quantos e quais modelos que deram certo em outros países e que cujos conceitos e experiências foram importados pelo Brasil e, mais especificamente, por parte dos municípios paulistas.

Outra questão que veio à tona foi a respeito do **papel do direito como instrumento de viabilização da locomoção das pessoas e cargas** entre os municípios, bem como indutor das discussões e conscientização da necessidade de incluir o assunto na gestão das cidades.

Foram diversos os debates a respeito da essência do serviço público de transporte coletivo e como o conceito clássico se insere no cotidiano das municipalidades, bem como em que medida a coletividade vem sendo atendida nesse aspecto. Questões emblemáticas como a natureza dos serviços de táxi, sustentabilidade, novas formas de parcerias, infraestrutura urbana foram abordadas.

Como resultado da pesquisa efetuada, os estudos e debates, foram elaborados artigos sobre o tema, os quais seguem relacionados abaixo:



- 1. O contexto histórico e jurídico do desenvolvimento do modal de transporte bonde elétrico no âmbito do município de São Paulo**
- 2. A municipalização do transporte coletivo de passageiros: análise do município de São Paulo**
- 3. Concessões patrocinadas como forma de interligação do transporte coletivo de passageiros nas regiões metropolitanas**
- 4. Mobilidade urbana e desenvolvimento sustentável em regiões metropolitanas**
- 5. Planos de mobilidades Municipais: caso São Paulo**
- 6. Corredores de ônibus e abrigos: impactos na infraestrutura e na mobilidade urbana das cidades**
- 7. Situação atual da bilhetagem eletrônica na cidade de São Paulo: o bilhete único**
- 8. Taxi, um serviço público?**

Alinhado com o desenvolvimento da pesquisa e dos estudos propostos, o grupo também preparou e conduziu um evento internacional: O **1º Encontro Internacional de Direito Administrativo Contemporâneo e os desafios da Sustentabilidade: MOBILIDADE URBANA** que foi responsável por importantes debates entre as áreas do saber, com a interlocução entre advogados, geógrafos, urbanistas, economistas e sociedade civil, além de trazer a oportunidade de trocar experiências e conhecer a realidade e soluções adotadas em outros países como o México e a Argentina. O Evento superou as expectativas e resultou em trabalhos de envergadura, refletindo



diretamente na qualidade de informação e ampliando os horizontes da pesquisa aqui relatada.

### **III. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final das pesquisas, análise e estudos realizados pelo Grupo de Estudos de Direito Administrativo Contemporâneo, foi possível notar que a questão dos transportes coletivos de passageiros é uma das facetas da mobilidade urbana, cuja relevância fica plasmada na possibilidade de concretizar a Cidadania.

Outro ponto de verificação, diz respeito à percepção de que a sociedade, diante do esgotamento e má gestão dos serviços públicos relacionados a transporte e mobilidade em seus municípios, tem se mostrado cada vez mais ativa e interessada em discutir a questão.

Notório, também, que o tema merece ser revisitado e aprofundado. Esse debruçar-se tem a finalidade de debater o assunto e identificar as interfaces e pontos sensíveis de maneira globalizada, resultando em relacionar elementos que possibilitem o desenvolvimento efetivo de uma política de mobilidade eficiente e integrativa acompanhada do serviço de transporte coletivo de passageiros de melhor qualidade aos usuários.

Com a pesquisa, demos um grande passo na sistematização da informação relativa à evolução que passou o serviço público de transporte coletivo de passageiros na cidade de São Paulo, bem como ficou evidente a necessidade de colaborar com a interlocução dos diversos atores deste processo. Nesse sentido, estamos empenhados na publicação dos artigos, para encaminhamento aos Órgãos Públicos, Sindicatos e Representantes da Sociedade Civil Organizada (Mobilize e outros) visando provocações relativas ao debate profundo e eficiente do tema.